

BRICS E ÁFRICA: A GRANDE INCÓGNITA

Gladys Lechini*

1 INTRODUÇÃO

Após a Guerra Fria, o sistema internacional tornou-se mais complexo, com o surgimento de novas coalizões e atores (sub e transnacionais) que têm conferido novas relevância e efetividade ao multilateralismo. A presente reconfiguração de forças provoca turbulência, por meio de processos simultâneos e contraditórios. Há uma concentração de poder em poucas mãos e ao mesmo tempo difusão do poder em múltiplos centros.

A clássica divisão entre o Norte e o Sul – desenvolvidos/subdesenvolvidos – está mudando e se diluindo. O Sul Global está sendo “reformatado”. Há “suís” que emergem no Norte e “nortes” que emergem no Sul. O poder está localizado em novas geografias, deslocando-se do Norte e do Ocidente para o Sul e o Oriente, onde estão Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), configurando uma nova relação entre economia e política. Novos nomes surgem para denominar os grupos de países emergentes e as coalizões de agentes econômicos e financeiros.¹

Quando o conceito foi cunhado em 2001, BRIC era um acrônimo para designar um grupo de países emergentes com indicadores macroeconômicos bons e sustentáveis: o Brasil na América Latina, Rússia, Índia e China na Ásia. A entrada da África do Sul em 2011 trouxe maior complexidade ao grupo – agora BRICS – incorporando outra geografia, a africana.

Até recentemente, os BRICS pareciam não ter motivo para sentar-se em uma mesa para discutir a cooperação, nem estavam suficientemente articulados para se projetarem conjuntamente na cena internacional. A crise financeira de 2008 deu-lhes uma *raison d'être*. Após a revitalização do G-20 financeiro em Washington, em 2008, os BRICs tiveram sua primeira cúpula, em Yekaterinburgo (Rússia), em junho de 2009, para discutir a crise econômica e financeira. Em abril de 2010, foi realizada a segunda reunião, em Brasília. A terceira aconteceu em abril de 2011, em Sanya, na província insular meridional chinesa de Hainan. Dessa forma, parecia começar a se consolidar um novo grupo de jogadores, sob o lema “Visão ampla e prosperidade compartilhada”.

* Professora e pesquisadora da Universidad Nacional de Rosario (UNR) e do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). A autora agradece a Elvira Battaglia, Maria Florencia Giacchi e Maria Noel Dussort pela colaboração na coleta de dados.

1. Companhias de serviços financeiros, qualificadoras de riscos, fundos soberanos, entre outros.

Embora os BRICS estejam mostrando intenções de avançar na coordenação de políticas na área econômico-financeira, em princípio não parece haver condições de a coalizão cooperar positivamente em outros espaços globais. Um exemplo disso é o seu desempenho no espaço africano, onde eles mantêm, e provavelmente manterão, uma situação de atrito e concorrência.

No início deste século XXI, tanto os BRICs como a África enfrentam novos desafios e oportunidades. No caso africano, observa-se uma redução substancial nos conflitos regionais do continente, além de bons índices de crescimento econômico, devido principalmente às imensas reservas de recursos naturais que possui: petróleo, gás e minerais. Somando-se a isso, há a expansão da fronteira agrícola em novas áreas de cultivo de arroz e milho. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia do continente africano cresceu a uma taxa de 5,4% em 2010 e de 5,2% em 2011, com previsão de crescimento de 5,8% para 2012. Enquanto isso, no Oriente Médio e no Norte da África a economia cresceu 4,4%, em 2010, com uma possível expansão de 4% para 2011 e de 3,6%, em 2012 (IPEA-BANCO MUNDIAL, 2011, p. 10). Essas considerações tornam a África mais atraente para o mundo e, dessa forma, sujeita a possíveis novos negócios.

Neste contexto, observa-se que cada um dos BRICS está chegando à África para promover sua própria “Estratégia Africana”, e eles não parecem estar em condições de cooperar, o que gera uma situação de atrito e concorrência. Em 2003, foi realizado em Fortaleza, no Brasil, o Fórum Brasil-África; em 2006, em Pequim, o Fórum China-África. Houve também duas grandes cimeiras com a Índia, em 2008 e 2011. Com relação à Rússia, embora já exista desde 2002 um Conselho de Negócios Rússia-África, contando com a participação de 60 empresários, ainda não há fóruns multilaterais de alto nível.

Com relação à África do Sul, por estar inserida no continente africano, ela tem desenvolvido políticas continentais, por meio do “Renascimento da África” e da Nova Parceria Econômica para o Desenvolvimento da África (NEPAD), ou sub-regionais, como centro nevrálgico e núcleo da União Aduaneira Sul Africana (SACU) e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).²

Alguns dados sobre comércio e investimentos ajudam a mostrar o interesse dos BRICs pela África, cujos países se abastecem com recursos naturais e minerais para alimentar sua expansão industrial em troca, de acordo com o caso, do desenvolvimento de obras de infraestrutura – como ferrovias, estradas e barragens. Nesta relação também está subjacente a ideia de promover o crescimento do mercado africano e das novas classes emergentes (mercados frugais) para vender seus produtos (MATHEW, 2011).

Os países do grupo BRIC são os principais investidores no continente, com mais de US\$ 60 bilhões investidos entre 2003 e 2009 (SANTISO, 2010). O comércio entre os BRICs e a África aumentou oito vezes entre 2000 (US\$ 21,9 milhões) e 2008 (US\$ 164,6 milhões)

2. A SACU é composta por Botsuana, Lesoto, Namíbia, África do Sul e Suazilândia, e a SADC é composta por Angola, África do Sul, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malauí, Maurício, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

(SULE, 2011). A participação desses países no comércio global cresceu de 4,6%, em 1993, para mais de 19%, em 2008 (CHOATE, 2009). Por sua parte, a troca entre China e África por si só representa mais de dois terços do comércio do continente com o BRICS (SULE, 2011). Tal expansão fez com que a China se tornasse o maior parceiro comercial africano, em 2010, ultrapassando os Estados Unidos. Enquanto isso, Brasil e Índia estão em sexto e décimo lugares, respectivamente.

Ante o exposto, este trabalho pretende mostrar o interesse individual do BRICS na África, o qual transforma o continente em um espaço de nova competição global. Além disso, pretende destacar o importante papel da África do Sul como novo membro do BRIC e país africano que se oferece como porta de entrada para o continente. A África do Sul figura entre as prioridades africanas de seus sócios do agrupamento BRICS, podendo ser usada como correia de transmissão ou de articulação nas relações deles com os outros países africanos.

2 A ESTRATÉGIA DO BRASIL NA ÁFRICA

A gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva começou e terminou com medidas impactantes em relação aos Estados africanos (LECHINI, 2011, p. 56). A ênfase estava colocada em conferir coerência entre as políticas externa e doméstica, respondendo à crescente demanda interna da população afrodescendente (ressalte-se o fato de o Brasil possuir a maior população de origem africana fora da África). Com a ênfase dada pela política externa à África, Lula encerrou uma história de 50 anos de aproximações ao continente africano (LECHINI, 2010, p. 15). Ele viajou à África 12 vezes, perfazendo um total de 34 visitas a 23 países. Em contrapartida, recebeu presidentes africanos e reuniu-se com altos funcionários, assinando 346 acordos, mais do que o dobro de acordos firmados entre 1960 e 2002.

Após dois mandatos, Lula terminou seu governo com uma viagem para Maputo, entre 9 e 10 de novembro de 2010 – acompanhado pela presidenta eleita, Dilma Rousseff – com o objetivo de mostrar a perspectiva de continuidade da política africana do Brasil. Ele também participou do Fórum Social Mundial no Senegal, entre 8 e 11 de fevereiro de 2011, sendo esta sua primeira viagem ao exterior depois de finalizar seu governo. Por sua vez, a presidenta Dilma Rousseff viajou para a África do Sul, Moçambique e Angola em 2011.

O comércio bilateral cresceu rapidamente nesse período, passando de US\$ 4,2 milhões, em 2000, para US\$ 20,5 milhões, em 2010. Os dez principais parceiros africanos do Brasil são: Egito, África do Sul, Angola, Nigéria, Líbia, Gana, Tunísia, Senegal, Quênia e Camarões. A cooperação Brasil-África inclui áreas relacionadas a agricultura tropical, energia e bioenergia, educação técnica, formação profissional, governo eletrônico,³ saúde e medicina tropical, meio ambiente, biocombustíveis, transporte aéreo, turismo, justiça, cultura, direitos humanos e esportes.

3. Refere-se à tecnologia da informação utilizada nos processos internos do governo.

Juntamente com a promoção das relações bilaterais, o Brasil desenvolveu uma estratégia multilateral ativa, na qual a África do Sul é parceira privilegiada. Combinando as negociações do Mercado Comum do Sul (Mercosul)-SACU, o diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) (LECHINI; GIACCAGLIA, 2007, p. 6) se completaria com o Acordo de Livre Comércio Índia-Mercosul-SACU. Com sua estratégia de geometria variável, o Brasil também está promovendo iniciativas inter-regionais como a Cúpula América do Sul-Países Árabes (Aspa) e a Cúpula América do Sul-África (Asa), conferindo mais substância à agenda Sul-Sul.⁴

Ligações culturais e linguísticas conjugadas com uma atenção maior à população de ascendência africana, bem como o aprofundamento das relações com os países africanos, favoreceram o aumento dos investimentos de empresas brasileiras, em paralelo ao seu processo de transnacionalização (LAPPER, 2010) e seu papel como potência em ascensão (LECHINI; GIACCAGLIA, 2010, p. 69). As principais áreas de investimento são: mineração, petróleo, cimento, finanças e medicina.

Entre as empresas brasileiras, uma das mais importantes é a construtora Norberto Odebrecht, atuante também no setor petroquímico e de gás, que começou suas operações na África em 1984, com a construção da Estação Hidrelétrica de Capanda. A Vale do Rio Doce – líder mundial na produção de minério de ferro e níquel – tem operações em sete países africanos, sendo a África do Sul o seu parceiro mais relevante. O Grupo Camargo Correia, com sede em São Paulo, possui diversos ativos, mas o cimento e a construção totalizam 70% de sua renda. A Mendes Júnior atua no Brasil desde 1953, e na África tem operado principalmente na construção de estradas e aeroportos. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) realizou investimentos em Moçambique, tendo construído, ao final de 2009, uma fábrica de medicamentos antirretrovirais.

Além disso, a petrolífera estatal Petrobras está presente na África, operando *offshore* em Angola, Senegal, Líbia, Tanzânia, Guiné Equatorial, Nigéria e Congo. Ademais, o Banco do Brasil (BB) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estão apoiando as atividades de empresas brasileiras na África. O BB não se limita a uma relação privilegiada de investimento com países lusófonos como Angola e Moçambique (LECHINI, 2011, p. 248) e quer aumentar o pequeno percentual de 2% para 9% em seus negócios internacionais, tendo planos de abrir filiais na África (PRICE, 2010).

3 RÚSSIA: A LA RECHERCHE DU TEMPS PERDU

A primeira década do século tem mostrado um renascer do interesse russo na África, expressado em sua nova política externa, com abordagem multidimensional que combina prioridades geopolíticas com uma agenda geoeconômica. Junto ao reconhecimento do papel

4. A Aspa foi criada em Brasília (2005), fortalecendo-se com uma segunda reunião em Doha (2009). A Asa teve sua primeira reunião em Abuja (2006) e a segunda em Ilha Margarita, Venezuela (2009).

crescente da África nos assuntos mundiais, Moscou tem desenhado um novo roteiro para a África⁵ para obter recursos e testar sua força em escala global (FAS, 2000).

De acordo com Fidan e Aras (2010, p. 54), as relações russo-africanas no período pós-soviético têm sido marcadas por um “pragmatismo inteligente” (pragmatismo *razumnyy*), de acordo com seus interesses nacionais. A ideia é “economizar” as relações diplomáticas e não intervir na política interna, mantendo o respeito por suas independências e pela integridade territorial, sob o amparo da Organização das Nações Unidas (ONU).

Embora a África tenha 36 embaixadas em Moscou e antigas relações com a Rússia, a cooperação econômica ainda não tem sido realizada, como afirma Klomegah (2011): “os países da África e da Rússia devem fazer mais para aproveitar o enorme potencial de vínculo”. A África é necessária para o comércio russo por seus recursos naturais. Mesmo com suas próprias riquezas do subsolo, a Rússia importa magnésio, cromo, mercúrio, titânio e alumínio, bem como outros bens abundantes na África (borracha, produtos marinhos e peixes, cacau, café e chá). Além disso, Moscou está usando seu potencial energético como instrumento de política externa, uma vez que desfruta de uma posição privilegiada nesse setor, em comparação com seus concorrentes estrangeiros. É o principal país produtor de petróleo e o segundo maior exportador, uma vez que consome apenas 27% de sua produção total (OMC, 2011, p. 21). Portanto, por meio da cooperação com a África, procura controlar suas exportações de energia para a Europa. Esta estratégia teria dois pilares: manter o abastecimento da Europa pelo Leste, com a construção de dois novos gasodutos, evitando países de trânsito não confiável, e controlar o fornecimento proveniente do Mediterrâneo Sul. Entre as empresas russas importantes que operam na África vale a pena mencionar Gazprom, Alrosa, Norilskiy Nikel, Rusal Boksit, Lukoil, Tehnepromeksport, Sroytransgaz, Silovie Mashini, Tyajpromeksport, Russkiy Aluminiy e Renova (FIDAN; ARAS, 2010, p. 57).

Além disso, a Rússia voltou a vender armas para a África, pois, como resquício da Guerra Fria, muitos exércitos africanos dependem do abastecimento e das tecnologias soviéticas. Neste sentido, há um *trade-off* entre armas e petróleo: os africanos transferem parte das ações de suas empresas de energia para os russos ou os autorizam a gerir seus recursos minerais em troca de armas.

Os países norte-africanos com os quais a Rússia tem tido tradicionalmente melhores relações são a Argélia, o Egito e o Marrocos. Entre os da África Subsaariana incluem-se Angola, Namíbia, Congo, Gana, Zimbábue, Botsuana, Mali, Guiné, Tanzânia, Nigéria, Etiópia e, mais recentemente, África do Sul. Em 1999, a Rússia cancelou as dívidas dos países pobres, sendo a maioria da África, num total de US\$ 904 milhões (FIDAN; ARAS, 2010, p. 59).

5. Entre 2001 e 2005, as relações russo-africanas ganharam grande dinamismo com a visita de vários presidentes africanos a Moscou. Em 2006, Putin viajou para Egito, Argélia, Marrocos e África do Sul. O último país tornou-se uma importante base para a expansão russa no continente.

4 ÍNDIA, UMA CONEXÃO HISTÓRICA ESPECIAL

O novo relacionamento entre a Índia e a África pode ser descrito como o resultado de contatos históricos de ambos os lados da bacia do Oceano Índico, os quais remontam à colonização e ao comércio desenvolvido pelos europeus, principalmente os ingleses, passam pelo apoio da Índia às independências africanas na Conferência de Bandung de 1955 e culminam com a contribuição para a África com mais de 2 milhões de pessoas de origem indiana.

Assim que se iniciaram as reformas econômicas de 1991, a política externa da Índia para a África deixou de ser guiada apenas por princípios ideológicos. Tornou-se altamente pragmática, guiada pela “diplomacia *soft power*”, pelo comércio e pela ajuda externa. As duas reuniões Índia-África, realizadas em Nova Déli em 2008 e Adis Abeba, em 2011, têm destaque na agenda indiana de cooperação Sul-Sul, formalizando um contexto de relacionamento que promove uma parceria pragmática para o desenvolvimento da cooperação econômica. As áreas prioritárias são capacitação, desenvolvimento de infraestrutura agrícola, segurança alimentar e energética, saúde e cooperação tecnológica (NAIDU; HERMAN, 2008, p. 4). O comércio bilateral cresceu significativamente de US\$ 967 milhões em 1991 a mais de US\$ 9,5 bilhões em 2005, para ultrapassar os US\$ 50 bilhões em 2011 (INDIA IN AFRICA, 2011).

O interesse indiano na obtenção de matérias-primas e insumos energéticos é a força que promove o seu envolvimento crescente em países africanos, já que a Índia é o quinto consumidor mundial de energia e está previsto para 2012 um crescimento de mais de 8% desse consumo (KANNAN, 2011). A Índia importa atualmente da África 25% do seu petróleo, o que explica os significativos investimentos feitos lá por suas empresas, tais como Oil and Natural Gas Corporation, Indian Oil Corporation, Oil India, Essar Oil e Reliance. Além disso, outro aspecto não menos importante são os investimentos estrangeiros diretos (IED) em projetos de infraestrutura, engenharia, química e serviços, como finanças e tecnologia da informação e telecomunicações (Bharti Airtel). Desde 2005, as empresas indianas adquiriram pelo menos 79 empresas africanas (KANNAN, 2011). Ademais, empresas farmacêuticas indianas também têm uma presença significativa na África (BISWAS, 2011).

Em troca, os indianos solicitam dos africanos o seu apoio para um assento permanente no Conselho de Segurança diante de uma possível reforma da instituição. A África do Sul é o aliado principal e mais confiável, sendo o destino mais importante das exportações indianas no continente.

5 A ÁFRICA ESTÁ OLHANDO PARA O ORIENTE OU A CHINA A ESTÁ BUSCANDO?

A ascensão da China como nova potência global está mudando o cenário internacional como não havia ocorrido desde a queda do Muro de Berlim, impulsionando o crescimento das economias emergentes e fazendo uma transição para um mundo diferente. O tipo de relação

que os Estados Unidos estabelecerem com a China definirá, querendo ou não, grande parte da nova reconfiguração mundial.

Com um crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) de 9% por mais de dez anos, a China deparou-se com a necessidade de buscar suprimentos de matérias-primas como petróleo, minerais e grãos. A China produz metade da energia que utiliza, sendo o segundo maior consumidor e importador mundial de petróleo (OMC, 2011, p. 21).

Como para os outros países do BRICS, o objetivo principal na África são seus recursos naturais. Mais de 90% das suas importações provenientes da África são matérias-primas, especialmente o petróleo (64% em 2009) e outros minerais. Cinco países fornecem mais da metade de suas compras: Angola (19%), África do Sul (17%), Nigéria (7%), Sudão (7%), e Egito (7%). A África do Sul é o segundo maior parceiro comercial africano da China.

Os objetivos da política externa chinesa na África apontam para o fortalecimento de uma aliança econômica, promovendo programas sociais com base nos princípios de coexistência pacífica. Eles foram enunciados na reunião de Pequim de 2000, aprofundados com o estabelecimento do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) e reforçados com as visitas constantes e recíprocas de chefes de Estado e de funcionários de alto escalão.

Um importante agente do envolvimento chinês na África é a Chinese Communications Construction Company Ltd. (CCCC), a maior empresa chinesa das que lidam com a construção de laços estratégicos como portos, pontes e estradas. Os chineses investem em áreas produtivas e replicam na África seu modelo de “zonas econômicas especiais”; exportam a criação de polos industriais com incentivos fiscais que se conectam ao mundo; tal é o caso da Zâmbia, que deve se tornar um *metal hub*.

De 2000 a 2007, o comércio entre China e África aumentou de US\$ 10 bilhões para US\$ 70 bilhões. A China ultrapassou a Grã-Bretanha e a França para se tornar um dos principais parceiros comerciais da África. O Banco de Exportação e Importação da China (EXIMBANK), principal fonte de recursos do governo chinês, planeja investir na África mais ou menos o mesmo tanto que o Banco Mundial prevê investir ali no mesmo período. Para chineses e africanos, a associação parece ser uma relação ganha-ganha: a China obtém acesso a petróleo, urânio, cobre, cobalto e madeiras (que vão fortalecer o impulso de sua revolução industrial, que já se encontra no auge), enquanto o país africano vislumbra a conclusão de estradas, escolas e outras obras de infraestrutura necessárias para seu desenvolvimento. Graças à sua tecnologia básica, sua capacidade de mobilizar milhares de pessoas para trabalhar em qualquer lugar e suas extraordinárias reservas de divisas, a China tem a oportunidade de assumir uma posição de liderança na África, e transformar o continente (MICHEL, 2008, p. 2).

No entanto, outra visão tem descrito a entrada da China no continente africano como uma nova forma de neocolonialismo, uma vez que os investimentos feitos ao longo de toda a África são muitas vezes condicionados ao uso da mão de obra chinesa, em detrimento da força de trabalho local. Quando contratam a mão de obra africana, as medidas de segurança

são baixas e as considerações com relação a impactos ambientais são nulas. Também têm surgido protestos contra a destruição da indústria nascente local, a qual não tem conseguido competir com as importações provenientes da China (SULE, 2011).

6 ÁFRICA DO SUL: A PORTA DE ENTRADA PARA A ÁFRICA

A África do Sul pós-*Apartheid* aparece como uma potência regional atraente, pois o país conseguiu sustentar a estabilidade de sua democracia multirracial, manter o crescimento econômico a uma média de 4,5% ao ano (a.a.) e ampliar e fortalecer sua participação regional e global. Possui mais de 30% do PIB do continente africano, com uma importante influência de sua economia. Entre 2006 e 2007, a África do Sul foi o principal investidor direto na sub-região (90%). Ao mesmo tempo, foi o principal destinatário de IED (quase 80%) da África Subsaariana. Um relatório do Standard Bank (um dos quatro maiores bancos da África do Sul, com capital chinês) argumenta que o país possui estabilidade institucional, bons mercados financeiros e regulações efetivas para atrair as multinacionais.

A prioridade da África do Sul pós-*Apartheid* é a promoção da estabilidade política e do crescimento econômico na África, pois seu destino está conectado ao de sua região – Departamento de Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul (DIRCO, 2010, p. 9). A visão sul-africana é de “um continente unido, próspero, pacífico, democrático, sem discriminação racial e que possa contribuir para a existência de um mundo justo e equitativo” (DIRCO, 2011).

Mantendo um discurso no qual a cooperação Sul-Sul tem um lugar privilegiado, Pretória tenta evitar que o país seja estigmatizado como o *big brother* da África. No entanto, mesmo que outros líderes do continente não gostem, a África do Sul é apresentada como a porta de entrada para a África. Nas palavras da ministra de Relações Exteriores e Cooperação da África do Sul, Maite Nkoana-Mashabane, “somos uma boa porta para os BRICs. Embora a nossa população seja pequena, temos a economia mais diversificada do continente e não falamos apenas em nome da África do Sul (mas também do conjunto da África)” (MOHAU, 2011).

A ideia de *bridge-builder* está sempre presente em todos os discursos, mostrando tanto o papel quanto a responsabilidade de representar a África e sua região austral. Embora o setor privado sul-africano desenvolva uma diplomacia econômica *soft* na sub-região, o governo optou por uma abordagem *hands-off* para evitar críticas de outros países africanos (SIDIROPOULOS, 2008, p. 110).

No entanto, é muito difícil se desprender de uma realidade ambivalente. Sua participação no BRICS deve-se a seus próprios méritos, mas também ao seu crescente papel em fóruns multilaterais, nos quais muitas vezes desempenha o papel de porta-voz africano, como ocorreu nas discussões internacionais relacionadas às mudanças climáticas. Isto posiciona melhor a África do Sul no ambiente internacional, aumentando seu *soft power*.

Os números tem acompanhado sua diplomacia africana. Do total do intercâmbio comercial com os países da SADC⁶ a África do Sul passou de 5,8% em 2006 para 8,1% em 2008. Também houve um aumento significativo das importações procedentes da África Ocidental. Como dado recente, cabe destacar que as suas importações do continente aumentaram de US\$ 87 milhões no ano de 2010 para US\$ 73 milhões nos primeiros oito meses de 2011, enquanto suas exportações para países africanos cresceram de aproximadamente US\$ 44 milhões para US\$ 38,5 milhões nos mesmos períodos (DTI, 2010). Outro bloco em que a África do Sul tem uma presença significativa é a já mencionada SACU.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o envolvimento dos BRICs na África, e de acordo com os títulos dos artigos que tratam da questão, podem ser observadas duas perspectivas. A pessimista defende que os BRICs desembarcaram na África mascarados pelo neocolonialismo: “*The new colonization of Africa-BRIC-style*”, “*The new scramble for Africa*”, “*BRIC, Africa need to bridge barriers*”.⁷ A visão otimista, ou benevolente, destaca que a África tem uma oportunidade única para aproveitar o investimento dos BRICS e alavancar o desenvolvimento: “*Building Africa BRIC by BRIC*”; “*Tectonic shifts tie BRIC and Africa’s economic destinies*”.⁸

Provavelmente haja um pouco de ambas as visões. Os BRICS buscam minerais e outros recursos naturais, principalmente energéticos, para continuar alimentando seu crescimento econômico. Mas também têm como objetivo desenvolver, simultaneamente, o mercado consumidor africano, prometendo o desenvolvimento demográfico da África e a ascensão da classe média.

A China lidera a presença dos BRICS na África, já que é o principal parceiro comercial e o maior investidor. O deslocamento de capital chinês é acompanhado pelo de sua população, a qual tem se instalado no continente. Dependendo do ponto de vista de quem analisa, isso pode pertencer à ótica pessimista ou à otimista. A Rússia, por seu turno, foi a “última a chegar” e é o país com menor presença entre os quatro, talvez porque ela tenha seus próprios recursos naturais e petróleo. O Brasil também tem recursos minerais e, no entanto, apresenta um forte investimento financeiro e comercial. O país aposta na transferência de conhecimento e de serviços e investe em empresas de desenvolvimento de infraestrutura. É também o único que apresenta uma população afrodescendente fora da África de grande magnitude. A Índia, por último, está a meio caminho entre China e Brasil, com uma participação cada vez mais forte em comércio e tecnologia, e também com uma população de origem indiana vivendo em vários países da África Oriental.

6. A SADC é integrada por: Angola, África do Sul, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malawi, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

7. “A nova colonização da África estilo-BRIC”; “A nova corrida para a África”; “BRIC, a África precisa construir barreiras”. (Tradução livre).

8. “Construindo a África BRIC (título) por BRIC (título)”; “Mudanças tectônicas amarram o destino econômico de BRIC e África”. (Tradução livre).

Talvez a situação mais complicada seja a da África do Sul. Sua recente participação nos BRICs será positiva, por representar a voz africana nos cenários globais. Mas é complicada a partir do ponto de vista africano e da abordagem comercial ou predatória – de acordo com a forma como se observa – do BRICS para o continente. Neste contexto, a África do Sul está “presa” ao apresentar-se como uma porta de entrada para a África. Uma política cautelosa deveria mover-se entre a criação de uma tela de proteção e a grande responsabilidade de poder controlar, como porta e dobradiça, quem entra na África do Sul e na África, e quando.

Em suma, as cifras de comércio e investimento e os fóruns multilaterais que os BRICS abriram com a África mostram que esses países chegaram para ficar. Parece bastante claro que não existe uma política de bloco, ou seja, cada um está desenvolvendo uma estratégia própria para garantir seus objetivos externos e responder às suas necessidades de desenvolvimento econômico. Resta verificar se essas estratégias contribuirão com o desenvolvimento endógeno dos países africanos, ou se são apenas a repetição renovada de padrões de dominação. De toda forma, as lideranças africanas não são as mesmas de 40 anos atrás, bem como a estrutura e a hierarquia do sistema internacional não são mais as mesmas. Há que se estar atento a como as novas regras do jogo são construídas e aplicadas. Da mesma forma, o desempenho da África do Sul será crucial na região: se são aplicadas políticas de liderança ou de *bandwagoning*.⁹

REFERÊNCIAS

BISWAS, A. **India-Africa enduring partnership**: emerging areas of cooperation between India and the African Countries. Centre for African Studies, University of Mumbai, 2011.

CHOATE, M. **Building Africa BRIC by BRIC**: a new trade era, en Africa goodnews. 4 Nov. 2009. Disponível em: <<http://www.africagoodnews.com/africa/newsletters/item/1102-building-africa-bric-by-bric-a-new-trade-era.html>> Acessado em: 13 dez. 2011.

DIRCO-Department of International Relations and Cooperation. **Annual Report 2009-2010**. Pretoria, 2010. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/departament/report_2009-2010/annualreport2009-2010.pdf> Acessado em: 24 jun. 2011.

_____. 2011. Disponível em: <<http://www.dfa.gov.za/departament/index.html>> Acessado em: 30 ago. 2011.

DTI-Department of Trade and Industry. **South African trade policy and strategy framework**. 2010. Disponível em: <<http://www.dti.gov.za/DownloadFileAction?id=386>> Acessado em: 13 dez. 2011.

FAS. **The foreign policy concept of the Russian Federation**. 2000. Disponível em: <<http://www.fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/econcept.htm>> Acessado em: 18 ago. 2011.

FIDAN, H.; ARAS, B. The return of Russia-Africa relations. **Ahmet Yesevi University Board of Trustees**, n. 52, p. 47-68, Winter 2010. Disponível em: <http://www.yesevi.edu.tr/yayinlar/index.php?action=show_article&bilig_id=41&article_id=433> Acessado em: 1 set. 2011.

9, Atrrelamento (tradução livre). Sinteticamente, em Relações Internacionais trata-se da estratégia de não se contrapor às investidas de países mais poderosos com o objetivo de obter deles relação e recompensas especiais (HURRELL, 1995, p. 35).

HURRELL, A. O ressurgimento do regionalismo na política mundial. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 23-59, jan./jun. 1995.

INDIA IN AFRICA. Catching up. Long timid in international affairs, India is starting to make waves. **The Economist** (print edition). Delhi, 26 May 2011. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/18745335?fsrc=scn/tw/te/ar/catchingup>> Acessado em: 12 ago. 2011.

IPEA-BANCO MUNDIAL. **Relatório Ponte sobre o Atlântico. Brasil e África Subsaariana. Parceria Sul-Sul para o Crescimento**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_pontesobreatlanticopor.pdf> Acessado em: 20 dez. 2011.

KANNAN, S. Indian firms look to Africa for business opportunities. **BBC News**, Bangalore, 2011. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/business-16032622>> Acessado em: 11 dez. 2011.

KLOMEGAH, K. K. **Russia's slow engagement Hinders Marriage en AllAfrica**. 2011. Disponível em: <<http://allafrica.com/stories/201111180990.html?page=1>> Acessado em: 26 nov. 2011.

LAPPER, R. Brazil accelerates investment in Africa. **Financial Times**, 2 Sept. 2010. Disponível em: <<http://www.ft.com/cms/s/0/e9550408-1519-11df-ad58-00144feab49a.html#axzz1D2Csn2yk>> Acessado em: 3 ago. 2011.

LECHINI, G. Argentina and South Africa in the XXIst Century; under the shadow of Brazil (2000-2010), In: **Chapter IX Argentina and South Africa facing the challenges of the XXI Century. Brazil as the mirror image**. Rosario: UNR Editora, 2011.

_____. O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty. In: **Nueva Sociedad "Brasil no mundo"**. Buenos Aires, out. 2008. p. 55-71. Disponível em: <<http://www.nuso.org/especialportugues2008.php>> Acessado em: 25 jul. 2011.

_____. Latin America-Africa cooperation. Brazil as a case study. In: MANGALA, J. **Africa and the New World Era. From humanitarianism to a strategic view**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

LECHINI, G.; GIACCAGLIA, C. El ascenso de Brasil en tiempos de Lula, ¿Líder regional o jugador global? **Problemas del Desarrollo, Revista Latinoamericana de Economía**, México, v. 41, n. 163, oct./dic. 2010.

_____. El rol de IBSA en los nuevos escenarios globales. **Desarrollo y Región**. Rosario: Anuario 2007.

MATHEW, G. E. **Frugal markets in the emerging economies**, en **Forbes**. 2011. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/infosys/2011/10/31/emerging-economies/>> Acessado em: 13 dez. 2011.

MICHEL, S. When China met Africa. **Foreign Policy**, Washington, May/June. 2008. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2008/04/10/when_china_met_africa>

MOHAU, P. **BRICS: a new partnership for Africa**. Petroria: Department of International Relations and Cooperation (DIRCO), 2011. Disponível em: <<http://www.dfa.gov.za/docs/2011/brics0308.html>> Acessado em: 30 ago. 2011.

NAIDU, S.; HERMAN, H. **No 'sleeping walking' in Africa**. Institute for Global Dialogue (IGD), v. 13, p. 4-52, Aug. 2008.

OMC. **El comercio mundial en 2010 y perspectivas para 2011**. Comunicado de prensa 628. 2011. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/news_s/pres11_s/pr628_s.htm> Acessado em: 25 ago. 2011.

PRICE, L. **Banco do Brasil Seeks Vale, Petrobras Advice on Africa en Businessweek**. 2010. Disponível em: <<http://www.businessweek.com/news/2010-12-08/banco-do-brasil-seeks-vale-petrobras-advice-on-africa.html>> Acessado em: 10 fev. 2011.

SANTISO, J. **Los BRIC miran hacia África en el país**. 2010. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/primer/plano/BRIC/miran/Africa/elpepueconeg/20100314elpneglse_5/Tes> Acessado em: 13 dez. 2011.

SIDIROPOULOS, E. South African foreign policy in the post-Mbeki period. **South African Journal of International Affairs**, Johannesburg, v. 15, n. 2, Dec. 2008.

SULE, A. **BRIC, Africa need to bridge barriers en China Daily**. 2011. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/opinion/2011-06/17/content_12723475.htm> Acessado em: 13 dez. 2011.